



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA CRMV-RJ Nº 44/2016.

EMENTA: Dispõe sobre diretrizes e procedimentos para iniciar os processos licitatórios no âmbito do CRMV-RJ e, dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CRMV/RJ), no uso de suas atribuições que lhe confere a Resolução nº 591, de 26 de junho de 1992, do Conselho Federal de Medicina Veterinária.

CONSIDERANDO a legislação que trata de procedimentos licitatórios;

CONSIDERANDO o Manual do Tribunal de Contas da União denominado “Licitações e Contratos - Orientações e Jurisprudências do TCU”;

CONSIDERANDO que compete ao Presidente zelar pelo bom funcionamento do Conselho, expedindo os atos administrativos adequados;

RESOLVE:

Art. 1º. Esta Portaria regula as diretrizes e procedimentos para iniciar os processos licitatórios no âmbito do CRMV-RJ.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º. Para fins desta Portaria, considera-se:

- I. **Processo Administrativo:** Na administração pública, é regulado pela Lei nº 9.784/1999.
- II. **Licitação:** Licitação é procedimento administrativo formal em que a administração pública convoca, por meio de condições estabelecidas em ato próprio (edital ou convite), empresas interessadas na apresentação de propostas para o oferecimento de bens e serviços.
- III. **Termo de Referência:** Em licitações realizadas na modalidade pregão, é o documento prévio ao procedimento licitatório, obrigatório, que serve para elaboração do edital e deve conter todos os elementos capazes de definir o objeto, de forma clara, concisa e objetiva, e dispor sobre condições gerais de execução do contrato.
- IV. **Projeto Básico:** É o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar obra ou serviço ou complexo de obras ou serviços. É imprescindível para realização de qualquer obra ou serviço de engenharia. Toda licitação de obra ou serviço realizada nas modalidades concorrência, tomada de preços e convite deve ser precedida da elaboração de projeto básico.
- V. **Projeto Executivo:** É o conjunto de elementos necessários e suficientes à realização do empreendimento a ser executado, com nível máximo de detalhamento possível de todas as etapas, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.
- VI. **Fase interna ou preparatória da licitação:** Momento em que se verificam procedimentos prévios à contratação: identificação de necessidade do objeto,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

elaboração do termo de referência ou projeto básico, estimativa da contratação, estabelecimento das condições do ato convocatório.

- VII. **Fase externa ou executória da licitação:** Inicia-se com a publicação do edital ou com a entrega do convite, e termina com a contratação do fornecimento do bem, da execução da obra ou da prestação do serviço.

CAPÍTULO II
DOS PROCEDIMENTOS INICIAIS DO PROCESSO LICITATÓRIO

Seção I
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 3º. A licitação será iniciada com a abertura de processo administrativo pelo Setor de Compras e Licitações e deverá conter autorização para contratação, indicação sucinta do objeto e existência de recurso próprio para efetivação da despesa.

Art. 4º. Deve o processo administrativo ter todas as páginas numeradas sequencialmente e rubricadas.

Art. 5º. As datas dos documentos constantes no processo administrativo devem estar em ordem cronológica.

Seção II
DA FASE INTERNA DA LICITAÇÃO

Art. 6º. Na fase interna do procedimento de licitação será observada a seguinte sequência de atos preparatórios:

- I. Autuação do processo correspondente;
- II. Solicitação expressa do setor requisitante interessado, com indicação de sua necessidade;
- III. Aprovação da autoridade superior para início do processo licitatório, devidamente motivada e analisada sob a ótica da oportunidade, conveniência e relevância para o interesse público;
- IV. Definição da modalidade e do tipo de licitação a serem adotados;
- V. Elaboração de termo de referência, prévio e obrigatório nas licitações para contratação de bens e serviços comuns, em caso de pregão;
- VI. Elaboração de projeto básico, prévio e obrigatório nas licitações para contratação de obras e serviços, em caso de concorrência, tomada de preços e convite;
- VII. Quando for o caso, elaboração de projeto executivo, que pode ser concomitante com a realização da obra ou serviço;
- VIII. Estimativa do valor da contratação, por comprovada pesquisa de mercado, em pelo menos três fornecedores do ramo correspondente ao objeto da licitação;
- IX. Indicação dos recursos orçamentários para fazer face à despesa.

Art. 7º. Serão juntados ao processo licitatório:

- I. Edital ou convite e respectivos anexos;
- II. Minuta de contrato, previamente examinada e aprovada pela assessoria jurídica da Administração.
- III. Comprovante de publicações do edital resumido ou da entrega do convite;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- IV. Ato de designação da comissão de licitação, do pregoeiro e equipe de apoio ou do responsável pelo convite;
- V. Original das propostas e dos documentos que as instruírem;
- VI. Atas, relatórios e deliberações da comissão julgadora;
- VII. Pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade;
- VIII. Atos de adjudicação do objeto da licitação e da homologação;
- IX. Recursos eventualmente apresentados pelos licitantes e respectivas manifestações e decisões;
- X. Despacho de anulação ou de revogação da licitação, quando for o caso, fundamentado circunstanciadamente;
- XI. Outros comprovantes de publicações;
- XII. Demais documentos relativos à licitação.

Parágrafo único. É facultada aos responsáveis pela licitação ou autoridade superior, em qualquer momento, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de licitação, vedada inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Seção III
DO TERMO DE REFERÊNCIA

Art. 8º. Termo de Referência em licitações realizadas na modalidade pregão é o documento prévio ao procedimento licitatório, obrigatório, que serve para elaboração do edital e deve conter todos os elementos capazes de definir o objeto, de forma clara, concisa e objetiva, e dispor sobre condições gerais de execução do contrato.

Art. 9º. O Termo de Referência será elaborado pelo Setor de Compras e Licitações em conjunto com o requisitante do objeto da licitação.

Art. 10. Caberá ao requisitante descrever o objeto da licitação de forma precisa, suficiente e clara, com todas as especificações pertinentes, quantidade e justificativa, bem como prestar ao Setor de Compras e Licitações informações que se fizerem necessárias à elaboração completa do Termo de Referência, naquilo que for de sua competência.

Art. 11. É importante que o Termo de Referência defina claramente critérios de análise dos produtos ofertados, os quais deverão levar em conta fatores de qualidade, durabilidade, funcionalidade e desempenho, dentre outros julgados necessários.

Art. 12. O Termo de Referência deverá ser aprovado pela autoridade superior.

Art. 13. O Termo de Referência deve conter, dentre outros, os seguintes elementos:

- I. Objeto - Descrever o objeto de forma precisa, suficiente e clara, com especificações;
- II. Quantidade - Informar a quantidade;
- III. Justificativa - Informar a razão da necessidade da aquisição/contratação;
- IV. Prazo de execução do serviço ou entrega do objeto - Informar prazo, local, dias, horários, período de execução;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

- V. Cronograma físico-financeiro, se for o caso;
- VI. Prazo de garantia, se for caso;
- VII. Adjudicação do objeto - Se global ou por item;
- VIII. Empreitada - Se preço global ou preço unitário;
- IX. Valor estimado da aquisição/contratação;
- X. Classificação Orçamentária;
- XI. Acompanhamento e Fiscalização.

§ 1º. Deve o valor estimado ser elaborado com base nos preços colhidos em empresas do ramo pertinente ao objeto licitado em, pelo menos, três orçamentos de fornecedores distintos, correntes no mercado onde será realizada a licitação, que pode ser local, regional ou nacional, ou fixados por órgão oficial competente ou, ainda, constantes do Sistema de Registro de Preços.

§ 2º. Em atenção ao princípio da publicidade, nos editais dos certames licitatórios deverá constar o valor estimado da contratação, obtido mediante a pesquisa de mercado e definição dos recursos orçamentários suficientes para a cobertura das despesas contratuais e servir de balizamento para a análise das propostas dos licitantes.

Seção IV
DO PROJETO BÁSICO

Art. 14. Projeto Básico é o documento prévio ao procedimento licitatório, que serve de base para elaboração do ato convocatório. É o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar obra ou serviço ou complexo de obras ou serviços. É imprescindível para realização de qualquer obra ou serviço de engenharia. Toda licitação de obra ou serviço realizada nas modalidades concorrência, tomada de preços e convite deve ser precedida da elaboração de projeto básico.

Art. 15. Pela leitura da legislação, é possível deduzir que a exigência de projeto básico refere-se apenas a contratação de obras e serviços de engenharia. Entretanto, a lei não fez distinção entre serviços de engenharia e aqueles não caracterizados como tal. Por isso, o entendimento do TCU tem sido de que a elaboração previa de projeto básico é exigida para qualquer tipo de serviço.

Art. 16. A diferença que a Lei de Licitações faz quanto a serviços é única e exclusivamente com relação aos limites de licitação, ao estabelecer valores diferentes para serviços não considerados de engenharia.

Art. 17. O Projeto Básico será elaborado pelo Setor de Compras e Licitações em conjunto com o requisitante do objeto da licitação.

Art. 18. Caberá ao requisitante descrever o objeto da licitação de forma precisa, suficiente e clara, com todas as especificações pertinentes, quantidade e justificativa, bem como prestar ao Setor de Compras e Licitações informações que se fizerem necessárias à elaboração do Projeto Básico, naquilo que for de sua competência.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Art. 19. O Projeto Básico deverá ser aprovado pela autoridade superior.

Art. 20. O Projeto Básico deve conter, dentre outros, os seguintes elementos:

- I. Objeto - Descrever o objeto de forma precisa, suficiente e clara, com especificações;
- II. Quantidade - Informar a quantidade;
- III. Justificativa - Informar a razão da necessidade da aquisição/contratação;
- IV. Prazo de execução do serviço ou entrega do objeto - Informar prazo, local, dias, horários, período de execução;
- V. Cronograma físico-financeiro, se for o caso;
- VI. Prazo de garantia, se for caso;
- VII. Adjudicação do objeto - Se global ou por item;
- VIII. Empreitada - Se preço global ou preço unitário;
- IX. Valor estimado da aquisição/contratação;
- X. Classificação Orçamentária;
- XI. Acompanhamento e Fiscalização.

Art. 21. Na contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, deve o projeto básico conter, para a boa execução dos serviços, ao menos o seguinte:

- I. Detalhamento do objeto;
- II. Periodicidade das visitas, se diária, semanal, quinzenal, mensal, por exemplo;
- III. Horário das visitas de manutenção;
- IV. Prazo para atendimento às chamadas;
- V. Equipe mínima ou composição da equipe técnica, com registro na entidade profissional competente;
- VI. Existência de plantonistas, quando for o caso;
- VII. Relação do material de reposição que deverá ficar a cargo do futuro contratado;
- VIII. Material mínimo necessário para estoque no local onde serão executados os serviços;
- IX. Exigência de oficina, quando for o caso;
- X. Endereço do local onde serão consertados aparelhos, equipamentos etc, quando o reparo não puder ser feito no endereço do contratante.

Seção V
DO PROJETO EXECUTIVO

Art. 22. Projeto Executivo é o conjunto de elementos necessários e suficientes à realização do empreendimento a ser executado, com nível máximo de detalhamento possível de todas as etapas.

Art. 22. Nas licitações para contratação de obras, além do projeto básico, é exigida também a elaboração de projeto executivo.

Art. 23. Na data da publicação, o ato convocatório deve informar se há projeto executivo disponível e o local onde possa ser examinado e adquirido.

Art. 24. Para realização de procedimento licitatório não há obrigatoriedade da existência prévia de projeto executivo, uma vez que este poderá ser desenvolvido concomitantemente com a execução de obras e prestação de serviços, se autorizado



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

pela Administração. No caso, a licitação deverá prever a elaboração do competente projeto executivo por parte do contratado e preço previamente fixado pela Administração.

Art. 25. Soluções técnicas adotadas no projeto básico deverão estar suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de serem reformuladas durante a fase de elaboração do projeto executivo.

Seção VI
DA FASE EXTERNA DA LICITAÇÃO

Art. 26. Licitação, na chamada fase externa, tem continuidade com a divulgação do ato convocatório.

Art. 27. Nas modalidades concorrência, tomada de preços e convite, essa etapa da licitação submete-se principalmente aos seguintes procedimentos sequenciais, em que a realização de determinado ato depende da conclusão do antecedente:

- I. Publicação do resumo do ato convocatório;
- II. Fase impugnatória, com republicação do edital e reabertura do prazo, quando for o caso;
- III. Recebimento dos envelopes com a documentação e as propostas;
- IV. Abertura dos envelopes com a documentação;
- V. Verificação da habilitação ou inabilitação dos licitantes;
- VI. Fase recursal, com efeito suspensivo até a decisão do recurso, se houver;
- VII. Abertura dos envelopes com as propostas;
- VIII. Julgamento das propostas;
- IX. Declaração do licitante vencedor;
- X. Fase recursal, com efeito suspensivo até a decisão do recurso, se houver;
- XI. Homologação/Aprovação dos atos praticados no procedimento;
- XII. Adjudicação do objeto à licitante vencedora;
- XIII. Empenho da despesa;
- XIV. Assinatura do contrato.

Parágrafo único. Em pregão, ao contrário do que ocorre nas outras modalidades, o momento de abertura dos envelopes com a documentação e com as propostas é invertido, ou seja, o conhecimento das propostas ocorre antes dos documentos de habilitação.

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28. Todos os envolvidos nos procedimentos e atos que se referem a processos licitatórios no âmbito do CRMV-RJ deverão conhecer a legislação que trata do assunto, bem como orientações e jurisprudências do Tribunal de Contas da União.

Art. 29. Visto que a Comissão de Licitação é criada pela Administração com a função de atuar nos procedimentos relativos a licitações públicas nas modalidades concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão, fica determinado que nos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

casos de licitação realizada na modalidade pregão, presencial ou eletrônico, a Comissão de Licitação do CRMV-RJ poderá acompanhar o processo.

Art. 30. Os casos omissos serão apreciados e resolvidos pela Diretoria do CRMV-RJ.

Art. 31. Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 09 de junho de 2016.

Méd. Vet. Cícero Araujo Pitombo
Presidente
CRMV-RJ nº 3562